

INTRODUÇÃO

Aqui há um mundo à parte, diferente de tudo o mais, com leis próprias, suas próprias vestimentas, suas próprias maneiras e costumes, e eis a casa dos mortos-vivos – uma vida como em nenhum outro lugar e um povo à parte.

Fiódor Dostoiévski

“*Mzungu!*” O guarda da prisão rosna, acenando para mim com o termo suaili para “pessoa branca”.

Merda.

Eu estava tentando me misturar, embora essa seja uma aspiração absurda para uma garota branca numa favela de Kampala. Estou parada do lado de fora do portão lateral da Prisão de Segurança Máxima de Luzira, um complexo irregular construído para acomodar seiscentos, mas que atualmente abriga cerca de cinco mil homens, mulheres, crianças e prisioneiros condenados à morte. Colocando meu colete interno à prova de balas, aproximo-me da Uzi.

“O que você quer aqui?”, vem o rosnado novamente.

Com um sorriso estampado, junto uma frase envolvendo as palavras “voluntário”, “por favor”, “senhor” e “obrigado”. O guarda rosnante afasta minhas palavras com o pulso, me enxotando como se eu fosse um mosquito teimoso.

Cinco minutos mais tarde estou de volta, prostrada diante dele com minha colega voluntária. Trabalhando aqui há quatro meses, ela, diferente de mim, viu sua papelada ser corretamente processada pelas autoridades da prisão e, portanto, estava autorizada a entrar em Luzira. Eu estava entrando às escondidas, tendo recebido permissão não oficial para estar aqui – na forma de um “você pode entrar e pode ensinar” do agente chefe de plantão na semana passada – mas não recebi nenhum documento para provar isso.

Dois bajuladores funcionam melhor do que um. Com bastantes reverências e “por favor, senhores” e “desculpe, senhores”, rastejamos para além das Uzis e adentramos o complexo prisional, através dos alojamentos semelhantes a favelas dos agentes da prisão, passando pelo quartel militar e pelo portão central onde os guardas nos acenam para entrar, em meio à multidão de homens andando em uniformes amarelo-sol e pela porta de concreto de uma pequena biblioteca.

“Boa tarde, Professora Baz!”

É a melhor saudação que recebi o dia todo – não, a semana toda. Uganda provou ser muitas coisas, mas acolhedora não é uma delas; na maioria dos dias, fico feliz em receber um aceno educado até mesmo do *concierge* do hotel, um profissional na arte de servir com uma carranca. Essa saudação vem de um prisioneiro, Bafaki Wilson, também conhecido como diretor Wilson, também conhecido como pastor Boma, o que significa que Wilson é uma espécie de agente prisional eleito pelos pares. Ele é pastor do bloco “Boma” de Luzira e senhor dessa biblioteca, erguida pela ONG African Prisons Project, sediada em Londres e Kampala.

“Como você *está* hoje?”, pergunta Wilson, sorrindo como sempre, e me fitando com aqueles que são certamente os olhos mais gentis de toda Uganda. Aos 30 anos, Wilson é uma combinação estranha de velho frágil e garotinho animado. Sua estatura pequena e esguia, sorriso franco e olhar espirituoso, sem mencionar o boné de sol frouxo, feito do tecido amarelo do uniforme

da prisão e largo demais para o seu rosto estreito, tudo isso grita “menino”. Mas o velho enrugado brilha no andar lento e manco de Wilson e, sobretudo, no seu jeito de falar. Cada frase surge lenta e estudada, finamente elaborada com pronunciamentos, como se tirada da transcrição de um sermão de Martin Luther King.

“Wilson, estou bem”, respondo. Conjurando meu segundo sorriso do dia, esse genuíno, aperto sua mão. Então faço a ronda, cumprimentando uma dúzia de alunos com apertos de mão e amplos olás. Eles estão reunidos em volta de uma mesa de madeira no centro da biblioteca em forma de bloco, rabiscando em folhas soltas ou folheando livros aleatórios que não estão realmente lendo: *Falando norueguês, Hamlet, Guia de viagem para o interior da Inglaterra*.

A aula de escrita criativa está em andamento. Wilson senta-se à minha esquerda e lê, com enunciação estudada, os poemas de Maya Angelou que eu distribuí ontem:

Você pode me escrever na história
Com suas mentiras amargas e distorcidas,
Você pode me pisar na própria sujeira
Mas ainda assim, como pó, eu vou me levantar.

Durante a minha primeira aula em Luzira, atribuí aos homens a tarefa de escreverem textos pessoais, e Wilson contou a sua história. Da zona rural de Uganda, ele nasceu num casamento polígamo que produziu mais de sessenta filhos. Sua mãe morreu quando ele era um bebê e ele foi abusado pelas suas madrastas, então fugiu. Cometeu crimes; era pobre demais para pagar a multa ou o suborno que poderia livrá-lo desses crimes. Então tornou-se um dos 35 mil ugandenses atrás das grades, vivendo em prisões com seis vezes sua capacidade – prisões criadas há quase um século por antigos colonizadores que as usaram como uma forma de controle social e intimidação. Mais de um ano depois, Wilson ainda não foi julgado; isso não é surpreendente, considerando que mais da metade da população carcerária

de Uganda consiste em detentos preventivos. Wilson lidou bem com a situação. Ele eventualmente encontrou a fé atrás das grades, transformando-se no pastor Boma.

Você queria me ver quebrado?
Cabeça curvada e olhos baixos?
Ombros caindo como lágrimas.
Enfraquecido por meus gritos comoventes.

Aplausos. “Baz, preciso lhe dizer”, começa o pastor Boma. “Esse é realmente um belo poema. E, de fato, fala diretamente sobre a nossa experiência aqui, nesta prisão”. Os outros alunos concordam solenemente.

Passamos mais duas horas nos entregando a palavras bonitas. A classe alegremente cria e compartilha os seus próprios poemas; o de Wilson, intitulado “The Liberator” [O libertador], é um lamento sobre os ditadores que dominaram a África Oriental, seguido de uma declaração de fé no futuro triunfante de Uganda. Outro aluno escreve um poema que começa: “AIDS, oh AIDS, por que você levou minha família?”

Quando chega a hora de ir embora, pego meus papéis e dou outro firme aperto de mão a Wilson, desejando-lhe uma boa noite de sono.

“Nunca é uma boa noite aqui, Baz. E não há espaço para dormir”. Ele diz isso com um sorriso radiante.

Saio da biblioteca e me armo, emocionalmente, para o mundo lá fora. O crime é uma realidade em Kampala, mas é a segurança onipresente da cidade que realmente me abala. Organizações terroristas do leste africano, como a que está por trás de um atentado a bomba em 2010 que matou setenta e seis pessoas, são uma ameaça persistente, então o país pode parecer uma bomba-relógio, carregado de guardas armados e verificações militares. A vida cotidiana aqui muitas vezes parece uma grande corrida de obstáculos. Guardas prisionais, depois a temida caminhada *mzun-*

gu pela favela. Esperar que o taxista de hoje apareça e não me deixe abandonada; supondo que ele apareça, renegociar um preço que já tínhamos negociado duas vezes esta manhã. Trânsito de Kampala, suor de Kampala, carrancas de Kampala, verificações de carro-bomba, detectores de metal. Mais guardas rosnando e mais Uzis e verificações de segurança, de volta ao hotel. Expirar.

Ninguém disse que essa viagem pelo mundo seria tranquila.

* * *

Eu havia embarcado recentemente numa peregrinação de dois anos a prisões ao redor do mundo.

Quando contei às pessoas que fazia essa viagem, a maioria achou estranho. Estou acostumada a que as pessoas me achem estranha, dada a minha mistura peculiar de identidades. Sou uma professora de Inglês branca especializada em estudos culturais afro-americanos, uma amante do carnaval caribenho que também é uma educadora prisional e ativista da justiça criminal, uma produtora *freelancer* para a National Public Radio, uma fã nática por *reggae*, uma judia agnóstica de Nova York. Trabalhei como jornalista, crítica musical e acadêmica, e produzi dois documentários sobre *hip-hop* e o sistema de justiça.

Sou estranha porque sou insaciavelmente curiosa – e foi assim que acabei imersa em mundos tão diversos. Quando fico fascinada por alguma coisa, mergulho de cabeça e com zelo. Quando me apaixonei pelo *reggae* jamaicano, por exemplo, não pude ser apenas uma fã; tive de me tornar uma espécie de estudiosa da música e frequentadora do país. E essa curiosidade fervorosa foi o que me levou a uma prisão em Uganda, armada com Angelou.

Quando eu era criança, uma prisão não era nem uma terra de fantasia nem uma realidade cotidiana para mim. Cresci no Bronx, em Nova York, criada, como tantos outros na mi-

nha cidade durante as décadas de 1980 e 1990, no *hip-hop* e no *reggae*. Frequentei a City University of New York (CUNY), uma enorme instituição pública que também é extremamente diversa – um *campus* ostenta um corpo estudantil representando 160 países e falando 127 idiomas. Como a própria Nova York, a CUNY cultivou minha identidade como cidadã global, moldada pela multiplicidade de culturas ao meu redor.

Quando fiz meu doutorado em inglês, concentrei-me em estudos afro-americanos, especificamente nas fronteiras de raça na cultura americana: como essas fronteiras são traçadas, quem as traça, quem as cruza ousadamente. Por que me concentrei nisso? Porque o próprio fato da raça não fazia sentido para mim. Eu não entendia como nosso mundo podia ser governado em tantos aspectos sociais e políticos por uma entidade que é um constructo e não uma realidade biológica. Há mais similaridades genéticas entre as chamadas raças do que diferenças, então por que todo mundo parece pensar que essas categorias artificiais são naturais? A necessidade de explorar essa questão me levou ao meu primeiro livro, uma história social de pessoas brancas reais e fictícias que se passavam por negras.

Muitas das ideias do livro sobre cruzamentos raciais, cultura *hip-hop*, a questão da propriedade cultural e o que significa “afirmar” uma identidade alcançada fora da academia, se encaixam com a cultura *pop* e o *zeitgeist* racial-musical do início dos anos de 2000, a era Eminem. Então, durante um ano como bolsista de pós-doutorado na UCLA, para uma matéria de capa da *New York Times Magazine*, entrevistei quase todos os *rappers* que sempre quis conhecer e fiz turnê com o Snoop Dogg; e convenci um editor do *L.A. Times* que insistia que o *reggae* tinha morrido com o Bob Marley a me deixar escrever sobre artistas jamaicanos contemporâneos.

Um desses artistas foi Jah Cure, uma estrela do *reggae* rastafári que se tornou famoso enquanto cumpria uma pena de pri-

são de oito anos por estupro. Voei para Kingston, Jamaica, para negociar com as autoridades o acesso à prisão para a entrevistada, mas nunca me foi concedido. Minha história acabou sendo publicada de qualquer maneira porque eu não conseguia deixar para lá; fiquei fascinada pelo caso de Cure. Ele alegou inocência e disse que foi discriminado por ser rastafári, o que ainda carrega um estigma em certos círculos de classe caribenhos – mas eu também não conseguia entender como esse homem, que canta algumas das mais belas e espirituais canções de amor que eu já ouvi, poderia ter cometido um ato tão vil. Se ele o fez, deve ter o direito de lançar música de trás das grades? Tocando suas músicas repetidamente, lidei com grandes questões sobre as complexidades da natureza humana e o propósito da prisão. Tratava-se de correção ou punição? Se a liberdade é o único direito perdido quando alguém vai para a prisão, será que a música de Cure não deveria ter permissão para circular livremente? E se ele é culpado, refleti, será que as suas canções de amor de tirar o fôlego poderiam ser uma espécie de pedido de desculpas público – até mesmo uma forma de reparação?

Essas reflexões tomaram conta de mim. E surgiram novamente em mais dois artigos que publiquei, um traçando o perfil de um detetive do Departamento de Polícia de Nova York que fundou uma unidade para monitorar *rappers* e ficou conhecido como o policial do *hip-hop*, e o outro uma matéria de capa do *L.A. Times* sobre a tendência crescente de *rappers* lançarem álbuns enquanto estão presos. Quando eu estava em Los Angeles, fiz uma parceria com um cineasta para transformar esses dois artigos em documentários, que acabaram sendo exibidos em várias redes de TV a cabo. Ambos eram filmes *pop* concebidos para audiências *mainstream*. Mas questões sobre justiça fundamental permaneceram alojadas na minha consciência, então minha pesquisa – especialmente para *Rhyme & Punishment* [Rima e castigo], que é essencialmente Estudos Prisionais 1 encontra Estudos de *Hip-Hop* 1 – me lançou num curso de estudo sério e aprofundado.

Assim que comecei a procurar, estatísticas devastadoras foram fáceis de descobrir. Os Estados Unidos são os maiores carcereiros do mundo, com 2,3 milhões de pessoas atrás das grades, ou um em cada cem adultos. Com 5% da população mundial, abrigamos quase 25% de sua população carcerária. Um em cada trinta e um adultos, ou 7 milhões, estão sob alguma forma de controle correccional; até 25% da população carcerária adulta sofre de doença mental. Grande parte dos nossos prisioneiros está cumprindo penas longas e duras por delitos relacionados a drogas. Em prisão federal são 51% – apenas 4% estão presos por roubo e apenas 1% por homicídio – e no sistema estadual, 20%, mais do que qualquer outra categoria de delito. Cerca de 3.700 americanos que nunca cometeram um crime violento estão cumprindo penas de 25 anos a prisão perpétua somente na Califórnia. Nosso país considera os jovens imaturos demais para votar ou comprar álcool, mas maduros o suficiente para viver em prisões para adultos, onde um em cada dez é abusado sexualmente. Quatorze estados não têm nenhuma regra contra julgar menores de 14 anos como adultos.

Eu me vi confrontando as perturbadoras desigualdades raciais. Mais afro-americanos estão hoje sob supervisão criminal do que estavam escravizados em 1850. Os negros têm seis vezes mais probabilidade de serem presos por acusações relacionadas a drogas do que os brancos, o que explica em parte por que um em cada quatorze homens negros está na cadeia ou na prisão. Quando ele ou ela completa 18 anos, uma em cada quatro crianças negras terá experimentado a prisão de um dos pais. 94% das crianças no sistema de tribunais de família dos Estados Unidos são negras ou latinas. Vários estudos mostraram que os negros são tratados de forma menos justa do que os brancos em todos os estágios do processo de justiça, desde decisões de prisão preventiva a persecução penal e decisões sobre sanções comunitárias em oposição a sentenças de prisão. Uma história do *New*

York Times de 2015 relatou sobre os “1,5 milhão de homens negros desaparecidos” nos Estados Unidos – “desaparecidos” porque mais de um em cada seis homens negros com idades entre 24 e 54 anos desapareceu da vida cívica, tendo morrido jovens ou sido enviados para a prisão.

A duração das nossas sentenças também distingue os Estados Unidos. Apenas 20% dos países têm sentenças de prisão perpétua sem livramento condicional; os Estados Unidos as têm até mesmo para delitos únicos e não violentos. Há cerca de 160 mil pessoas cumprindo prisão perpétua nos Estados Unidos, em comparação com cinquenta e nove na Austrália, quarenta e uma na Inglaterra e trinta e sete na Holanda. Em 2005, a Human Rights Watch contou mais de dois mil americanos cumprindo prisão perpétua sem livramento condicional por crimes cometidos quando menores; o resto do mundo inteiro só prendeu doze crianças sem possibilidade de soltura. Somos um de apenas nove países que punem via prisão perpétua e pena de morte.

Eu não conseguia tirar essas estatísticas da minha cabeça. E quando voltei para Nova York para trabalhar como professora de Inglês no John Jay College of Criminal Justice, uma faculdade da CUNY onde a maioria dos alunos está se preparando para carreiras em direito, serviços sociais e outras áreas da justiça – e onde eu daria aulas interdisciplinares sobre raça, crime e cultura – as questões filosóficas que me consumiam agora chegavam à minha sala de aula.

Ao mesmo tempo, cartas da prisão chegavam ao meu escritório. Escritas por pessoas que liam meus artigos ou assistiam aos meus filmes, as cartas eram longas e escritas à mão: vidas no papel, confissões não solicitadas, cartões artesanais intrincados. Uma delas veio do presidente do Latino en Progreso, uma organização administrada por prisioneiros na Shawangunk Correctional Facility, e continha um convite para ser a palestrante no seu almoço anual. Eu aceitei.

Eu já tinha estado numa sala de visitas de prisão antes, mas era a primeira vez que visitava uma prisão como voluntária, engajada num trabalho intelectual sério com seres humanos vivendo atrás das grades. Dei uma palestra sobre a construção social da raça, lendo excertos de James Baldwin e Ralph Ellison dentre outros. Então, coloquei minhas anotações de lado e abri o espaço para o diálogo. Os questionamentos vieram com força total, uma enxurrada de críticas ponderadas informadas por referências eruditas. As horas passaram voando, e muito rápido chegou a hora de os homens retornarem às suas celas e de eu sair dos portões da prisão para a liberdade.

Quando saí para o ar gelado do norte do Estado de Nova York, um fardo pesado vergou meu coração. Não fiquei surpresa de que alguns dos melhores e mais brilhantes dos Estados Unidos estivessem atrás das grades. Mas, pela primeira vez, senti-me irrevogavelmente magoada por essa realidade. Não sou ingênua; sei que muitos desses homens de uniforme verde cometeram atos horríveis. Mas ainda assim vi entre eles uma vasta possibilidade, uma coleção de potencialmente grandes contribuidores para a sociedade. Por que permitiríamos que nosso maior recurso, nossos próprios cidadãos brilhantes, definhassem em celas de prisão?

Na mesma época, eu viajava regularmente até uma outra unidade para visitar um amigo que passou toda a sua casa dos trinta na prisão. Ele praticava o judaísmo lá, e dediquei muitas horas a convencer os funcionários da prisão de que sim, xales de oração estão na lista de “itens permitidos”. As salas de visita foram adicionadas à lista de coisas sobre a prisão com as quais eu não conseguia me acostumar. Aquela estrutura feia de arame farpado e blocos de concreto, cruelmente colocada no meio de uma paisagem campestre ao estilo Norman Rockwell. As famílias se alinhando mecanicamente para mostrar suas identidades em troca de tempo jogando palavras-cruzadas com seus pais ou maridos. O cheiro da sala de visita (sanduíches de presunto e *nachos* das má-

quinas de venda automática, aquecidos num micro-ondas antigo); o som da sala de visita (ecos abafados de troco sendo depositado, refrigerantes sendo abertos); a cena surreal que é a sala de visitas da prisão: cofres de emoções humanas, misturas completamente anormais do dolorosamente público e do apaixonadamente privado. Eu não conseguia superar a bizarrice da experiência toda.

Minha curiosidade inicial, meu instinto de que algo estava muito, muito errado com tudo isso, se transformou em certeza visceral. Comecei a pensar, ferozmente, sobre a instituição da prisão em si.

Meus alunos geralmente a tomavam como certa. “Cometa o crime, cumpra a pena”, eles diziam. A prisão é apenas uma consequência normal de um delito, como perder a voz se você gritar com muita frequência. Mas, na verdade, as prisões são invenções relativamente novas. Tecnicamente, elas existem há séculos, mas até o século XIX eram celas de detenção de curto prazo para aqueles que aguardavam julgamento ou pessoas que enfrentavam acusações menores; o encarceramento era um caminho até a justiça, em vez de a justiça em si. O encarceramento em massa, entretanto, nasceu na década de 1970.

Durante meses na biblioteca John Jay, continuei a pesquisa que eu tinha começado enquanto trabalhava no documentário anos antes. Cada revelação me fazia balançar a cabeça com mais vigor. Como eu sabia tão pouco sobre a evolução de uma instituição social vital, sobre abordagens da justiça da era pré-prisão?

Descobri que os israelitas tinham uma *beth ha-asourim* (casa de correntes) para manter devedores e aqueles que aguardavam julgamento. Os antigos gregos e romanos chamavam isso de *carcer privitus*; durante a Idade Média, um *carcer* era a sala do mosteiro para o clérigo delinquente. As prisões icônicas erguidas na Europa – casas de correção em Amsterdã e Roma, a Bastilha de Paris, as *bridewells* de Londres – eram principalmente penitenciárias sem arquitetura prisional distintiva. A justiça vinha em

outros pacotes, às vezes versões da abordagem bíblica do olho por olho. Em Atenas, isso significava confisco de propriedade, apreendimento, amarração a uma estaca, entrega dos infratores aos deuses por meio de maldições rituais ou proibição de interação social. A África Subsaariana lidava com infratores da moralidade por meio de espancamentos, banimento, envenenamento ou reparações de propriedade, mas o foco era nas vítimas serem compensadas, não nos infratores serem punidos. Dentre os quicuios da África Oriental, por exemplo, nove ovelhas ou cabras eram o preço por cometer adultério ou estupro, enquanto cem ovelhas ou dez vacas eram o custo do homicídio. O banimento era um veículo de justiça centenário. Muitos africanos exilavam aqueles que ameaçavam o bem-estar de toda a comunidade, como bruxas acusadas ou infratores habituais. A Europa fazia uso de colônias penais em todo o globo. Na América colonial, os troncos e o pelourinho eram populares, assim como a cadeira de patinhar e as chicotadas públicas; todos refletiam um foco na vergonha pública como uma forma de justiça, como a famosa letra escarlate usada pela fictícia Hester Prynne de Nathaniel Hawthorne. A China, até o século III, empregava espancamentos e execuções, enquanto a França, até a década de 1970, submetia muitos de seus criminosos à guilhotina, que transformava a morte numa máquina bem lubrificada e as execuções em espetáculos extravagantes.

Durante o final do século XVIII, as coisas mudaram radicalmente. O capitalismo nasceu. Industrialização significava urbanização, o que significava pobreza e, portanto, mais crime. Graças à Revolução Americana, a Inglaterra perdeu uma colônia penal. Advogados, escritores e livres-pensadores, cheios de fé na capacidade da humanidade de projetar mudanças, imaginaram uma forma radicalmente diferente de punição, uma que fosse mais organizada, mais contida e mais racional – mais alinhada com a chamada Era da Razão. Eles usavam a linguagem da reforma hospitalar, também popular na época, falando do crime

como um contágio que poderia ser curado de forma metódica e científica. Na década de 1750, o magistrado e romancista britânico Henry Fielding propôs a “correção da mente” em vez do corpo, argumentando que a solidão e o jejum trariam “os mais abandonados perdulários à razão e à ordem”. Em 1790, o filósofo Jeremy Bentham apresentou uma visão de uma prisão eficiente chamada panóptico ao parlamento britânico. Ele descreveu um favo de mel circular e em camadas de celas abertas colocadas ao redor de uma torre através da qual os residentes são vigiados perpetuamente; tal arquitetura permitiria que aqueles que administram a prisão monitorassem constantemente as forças de trabalho. Como o filósofo francês Michel Foucault conclui no seu livro que é um marco, *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*, o mundo mudou espetacularmente quando foi subitamente “civilizado” para aqueles que cometiam crimes pagarem em tempo e isolamento, não em dor física.

Essa coisa que agora chamamos de prisão era muito um produto da sua época. Assim como o templo do capitalismo, a fábrica industrial, ela exigia uma aparência arquitetônica distinta; o panóptico de Bentham foi de fato modelado a partir de uma fábrica que o seu irmão projetou para Catarina, a Grande, da Rússia. Assim como o capitalismo, o sistema prisional dependia da regulamentação do corpo e da estrita ordenação do tempo, que veio em incrementos semelhantes aos monetários, combinados para adequarem-se ao crime.

Recém-independentes, avidamente capitalistas e ansiosos por provar que eram mais progressistas do que o seu antigo colonizador, os Estados Unidos sorveram sofregamente essas ideias europeias radicais. E uma grande ironia nasceu. O nascimento da democracia estava intrinsecamente vinculado ao nascimento da prisão – liberdade e a falta dela em união paradoxal, nos novos Estados Unidos. O próprio Thomas Jefferson fez alguns dos primeiros desenhos da prisão.